

# O DESAFIO BRASILEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI\*

*“Quando não se pode fazer tudo o que se deve, deve-se fazer tudo o que se pode”*

Almirante Paulo Frontin

*Comandante da Divisão Naval de Operações de Guerra (DNOG) na Primeira Guerra Mundial*

HERNANI GOULART FORTUNA

Almirante-de-Esquadra (Ret<sup>o</sup>)

---

## RESUMO

A visualização do cenário internacional ao final da década de 90.

A geopolítica brasileira e a perspectiva de o Brasil tornar-se um dos grandes países do planeta, pela potencialidade de seus recursos naturais, seu triângulo geopolítico, com destaque para a Amazônia, uma fronteira terrestre interagindo no continente sul-americano com dez países e uma imensa fronteira líquida onde a Plataforma Continental e a Zona Econômica Exclusiva projetam os interesses brasileiros nas duas margens do Atlântico com desdobramentos no Caribe e na Antártica.

A identificação dos óbices e fatores adversos, que interferem no processo do desenvolvimento brasileiro e a necessidade premente da reforma do Estado, onde o comportamento do Executivo, do Legislativo e do Judiciário apresenta graves distorções.

Uma visão estratégica em que os eixos de desenvolvimento integrarão o País, aglutinando a energia, a logística e a telemática, assegurando o ingresso do Brasil *na terceira onda do conhecimento intangível*, buscando a *bioceanidade* e resgatando a Amazônia como zona de prosperidade e patrimônio nacional inalienável.

A consecução dos objetivos nacionais permanentes, precedidos de objetivos nacionais atuais, estabelecidos pela visão do estadista, permitindo que o Brasil, país emergente, venha a tornar-se, ainda neste primeiro quarto do século XXI, uma das potências do planeta.

---

\* N.R.: Os negritos foram criados pela RMB.

## SUMÁRIO

Prólogo	
Uma inserção possível para o Brasil	
<i>A posição geoestratégica brasileira</i>	
A vivificação das fronteiras	
Globalização de sua população	
Perfil das trocas externas	
Os espaços oceânicos	
O continente antártico	
A rota do cabo	
Posição amazônica no Caribe	
Plataforma Continental, Mar Territorial e ZEE	
<i>Competição econômica e tecnológica</i>	
Macromercados regionais	
Hemisfério Norte	
A reestruturação produtiva	
As relações norte-sul	
Comércio exterior	
<i>Poder, Política, Estratégia, Objetivos</i>	
O terrorismo	
Concepção político-estratégica brasileira – Sua inexistência	
Política caudatária da economia	
Ministério da Defesa – Capacidade de dissuasão	
Fretes marítimos	
Indústria de construção naval	
<i>Necessidade de reformas</i>	
Crescimento econômico	
Judiciário	
Legislativo	
Poder Executivo	
Modelo econômico	
Reforma tributária	
Matriz de transportes	
Comércio exterior	
Matriz energética	
Energia renovável	
A Argentina e o Mercosul	
Capital intelectual	
<i>A reforma do Estado brasileiro</i>	
Conclusão/Resumo	

## PRÓLOGO

O crepúsculo vespertino da última década do século XX leva-nos a recordar a dramática sucessão dos acontecimentos, até então inimagináveis, para um cenário que parecia cristalizado ao final dos anos 80, a saber:

- a) a invasão do Panamá e o isolamento de Cuba, na América Central;
- b) a queda do muro de Berlim, com a autonomia e libertação dos países do Leste Europeu;

c) o fracionamento dos Bálcãs e a interdependência dos países que integravam a antiga Iugoslávia;

d) a invasão do Kuwait pelo Iraque e a Guerra do Golfo, que restabeleceu o *status quo* no Oriente Médio;

e) o desmembramento do Império Soviético e a criação da (CEI) Comunidade dos Estados Independentes;

f) a reafirmação política da China, que inicia uma trajetória em que busca equacionar seus problemas econômicos com taxas

de crescimento espantosas e de impacto tecnológico-produtivo, agredindo as normas de competitividade da Organização Mundial do Comércio (OMC);

g) a convulsão da África Subsaariana, em face de uma divisão política imposta pela teimosia dos antigos colonizadores, que resultou na eclosão de conflitos tribais, dificultando sua verdadeira emancipação e atrasando seu desenvolvimento;

h) a busca da América do Sul em superar sua dependência de poupança externa para complementar seu desenvolvimento, alterando sua condição de importadora de tecnologia e de bens de capital e de exportadora de matérias-primas de baixo valor agregado.

O comércio multilateral que floresceu sob o mundo bipolar evoluiu para um relacionamento mais abrangente, envolvendo grandes conglomerados econômicos, políticos, militares e tecnológicos, viabilizando a configuração de mercados, seja a nível regional, seja a nível continental.

A alvorada do século XXI vê nesse novo processo uma globalização que se traduz por maior abertura das economias e pela interação dos sistemas produtivos internacionais.

O governo Bush instala-se nos Estados Unidos, que reafirmam sua condição de potência hegemônica num ambiente de economia globalizada. Sua *visão realista* do mundo considera este, inerentemente, um lugar de conflitos, com os estados nacionais buscando a consecução de seus interesses, empregando todos os meios ao seu alcance, e, portanto, a segurança nacional

não pode ser, apenas, garantida pela cooperação internacional.

Os desdobramentos dessa *visão americana* significam que os conceitos de Poder, Política, Estratégia e Objetivos são agora mais amplos e sofisticados, num novo ordenamento, estabelecendo mecanismos de proteção que privilegiam os países desenvolvidos do hemisfério norte, congregando 85% da riqueza de um mundo globalizado, em detrimento daqueles que, no hemisfério sul, usufruem, apenas, de 15% da riqueza gerada no planeta (*Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em seu relatório de 1999 para o Desenvolvimento Humano – PNUD*).

---

## Os países desenvolvidos do hemisfério norte congregam 85% da riqueza de um mundo globalizado, em detrimento daqueles que, no hemisfério sul, usufruem, apenas, de 15% da riqueza gerada no planeta

---

### UMA INSERÇÃO POSSÍVEL PARA O BRASIL

#### *A posição geoestratégica brasileira*

A inserção do Brasil na América do Sul resulta em uma imensa

fronteira terrestre que recebe estímulos de dez países, três dos quais guardam efeitos recentes de seus antigos colonizadores, e estamos falando aqui das três Guianas.

Embora os conceitos de geopolítica possam definir o Brasil como um país continental, em face de seu quociente de maritimidade apresentar um índice próximo de ½, torna-se necessária **uma análise mais realista da posição brasileira no continente sul-americano.**

A **vivificação de suas fronteiras** terrestres é incipiente, em face de imensos vazios demográficos ao norte e a oeste, o que

difícil, sobremaneira, a ocupação racional de seu território, que, ao contrário dos Estados Unidos, não pôde realizar-se no sentido dos paralelos e meridianos, porém, através de aspectos ditados por circunstâncias de momento, como os acréscimos territoriais oriundos de sucessivas violações do Tratado de Tordesilhas.

Assim, após o reconhecimento dessas violações, o Tratado de Madri e o Tratado de Santo Ildefonso revelaram ao mundo um Brasil bem diferente daquele contido, desde sua descoberta, pelo meridiano que vai de Belém do Pará a Laguna, em Santa Catarina.

O Brasil, neste início do século XXI, sendo o quinto maior país em extensão territorial e, também, o quinto maior em população, com 170 milhões de habitantes, bem como o décimo PIB do planeta, conheceu um dos **processos de urbanização** mais rápidos do mundo. Esse processo, entretanto, gerou contrastes brutais, frustrando as expectativas de um crescimento ordenado em seus aspectos regionais. Com sua população concentrada ao longo da costa atlântica, 80% dos brasileiros vivem nas cidades, sendo que 40% em grandes conglomerados urbanos, quase todos no litoral.

Um país fortemente industrializado, onde o setor primário representa, apenas, 20% de sua população, levou a uma modificação do **perfil das trocas externas**, com os produtos industriais representando 65% das exportações em seu comércio exterior.

**Os espaços oceânicos** ganham uma especial importância, seja porque 95% do comércio exterior brasileiro são feitos pelo mar, seja porque se pode vislumbrar e definir os interesses marítimos brasileiros, a partir de uma imensa fronteira líquida mergulhada no Atlântico.

Assim, há interesses nas linhas de comunicação, decorrentes das rotas de circulação para o Pacífico, seja ao norte, pelo Canal do Panamá, ou ao sul, pelo Estreito de Magalhães e pelo Canal de Beagle, ou pela Passagem de Drake, sem prejuízo dos projetos rodoferroviários que possam de-

saguar na costa peruana ou chilena, antevendo-se, assim, o acréscimo de uma bioceanidade preciosa para o Brasil.

Há interesses no estuário atlântico, influenciado pelas suas duas margens, oriental e ocidental, recebendo estímulos das fronteiras marítimas de cerca de 20 países da África e nove da América do Sul.

Há interesses na Antártica, no limite da fronteira sul do Atlântico, onde o Proantar

exerce atividades científicas relacionadas à geofísica, à meteorologia, à geologia continental e marinha, à oceanografia, à biologia, à astrofísica, ao geomagnetismo e à geofísica nuclear, consolidando conhecimentos sobre fenômenos da natureza no **continente antártico** que influenciam as condições climáticas e ambientais dos recursos vivos e sobre as medidas para preservá-los.

Há interesses na preservação da **rota do Cabo** e na sua continuidade para o Índico e

---

**A expressão econômica vem se tornando uma obsessão, em geral, do governo brasileiro**



**Entretanto, o mundo globalizado não perdoa e o capital intelectual intangível é mais valioso que o capital físico dos recursos naturais**

---

para o Pacífico, onde o Brasil pode efetivar sua interligação econômica e tecnológica com os anéis de poder da franja do sudeste asiático.

Há interesses na **projeção amazônica no Caribe**, uma vez assegurada a integração definitiva dessa Amazônia ao restante do território nacional.

Há interesses regionais, em face da delimitação da borda externa da **plataforma continental** e seus desdobramentos no **mar territorial** e na **Zona Econômica Exclusiva**, quando não poderão ser permitidas ambigüidades de interpretação do direito do Estado ribeirinho em determinar a captura permissível dos recursos vivos da Zona Econômica Exclusiva, a garantia da preservação das espécies, a determinação da capacidade de aproveitar, economicamente, os recursos vivos nas condições acima e a plena utilização e usufruto da *exploração* dos recursos não vivos ou energéticos da plataforma continental.

### *Competição econômica e tecnologia*

Assim, no início deste novo século, não é desconhecido que cada novo ciclo nas relações internacionais tem representado a oportunidade histórica de ingresso de novos atores na competição econômica e tecnológica a nível mundial, com conseqüente surgimento de novas lideranças.

Há, também, uma mudança nos sistemas produtivos e no comércio internacional, conseqüência da ação política e econômica daqueles novos atores, como as corporações estratégicas orientadas por matrizes científico-tecnológicas e os conglomerados de produção e comercialização.

A ação das corporações estratégicas e dos megaconglomerados, em conjunção com

seus respectivos governos, concretiza reformulações importantes na forma do exercício do poder em áreas de influência e viabiliza a configuração de **macromercados regionais** e continentais. Esse processo é, nitidamente, percebido no grande bloco eurasiático onde agem os novos pivôs político-estratégicos e pólos motores tecnológico-produtivos que já se expressam na Comunidade Européia do *Euro* e, nas Américas, com a implantação da Alca.

Verifica-se, assim, que no **hemisfério norte** processa-se uma revolução produtiva que concentra produção, através de pesquisa e desenvolvimento. A produção, baseada em alta tecnologia e intenso conhecimento científico, passa a ser residente no hemisfério norte. Por sua vez, a reestruturação produtiva

induz a novas regras de comércio, protegendo a propriedade intelectual e alavancando a superprodução realocada e realocada no hemisfério norte.

Trata-se do primado de uma economia orientada por tecnologia embutida e de um comércio internacional crescentemente administrado por racionalidade política e alto nível científico-tecnológico. Esse **processo de reestruturação produtiva** leva consigo a reformulação funcional e o papel dos mecanismos de gerenciamento supranacionais e multilaterais no campo econômico – organização industrial, comércio internacional, produção, acesso e uso de tecnologia, propriedade intelectual, genética e biodiversidade.

Assim, **as relações norte-sul** passam a ser administradas por órgãos multilaterais ou supranacionais, pela ação de corporações estratégicas, de megaconglomerados, e pelo sistema financeiro.

Nessa recomposição do sistema produtivo mundial, reformulam-se as bases de pro-

---

## O terrorismo é difuso, não tem face definida e sua ideologia é inconsistente

---

dução material das economias avançadas, com a consolidação de uma nova configuração produtiva, estipulando **novas regras e modalidades para o comércio internacional**, com o alargamento e o aprofundamento da defasagem científico-tecnológica em relação aos países do hemisfério sul.

### *Poder, Política, Estratégia e Objetivos*

Na realidade, estamos desenhando, aqui, os contornos mais nítidos de um qua-

dro que define o conflito norte-sul, do qual somente uma parcela ínfima dos países do Terceiro Mundo participa de fato, na medida em que a maioria não dispõe de condições básicas para se situar na perspectiva das transformações estipuladas pela revolução pós-industrial ou cibernética, definindo as premissas de nova configuração estratégica e econômica.

Mais do que nunca, os países que desejarem se sobrepor a esses fatores condicionantes e dominantes, aspirando a um lugar ao sol no novo século, deverão fugir das perplexidades e paralisias mesmo nos momentos de crise internacional.

A postura brasileira, logo após os ataques terroristas de **11 de setembro de 2001** aos Estados Unidos, centrados em Nova York e em Washington, desnudou uma ingenuidade inadmissível para a diplomacia de um país emergente ao desconhecer o significado amplo da **interação Poder-Política-Estratégia-Objetivos**.

Assim, a expressão econômica foi a única a ser motivo de preocupação pela Presidência da República e pelo Itamaraty, fato esse que a meu ver vem se tornando uma obsessão, em geral, do governo brasileiro.

A carta de 12 de setembro do Presidente Fernando Henrique ao Presidente Bush manifestava uma solidariedade longe da percepção de que os Estados Unidos, numa visão política, estavam implementando uma estratégia onde os *objetivos de guerra* foram de imediato estabelecidos, contrariando o en-

tendimento predominante de que o terrorismo é difuso, não tem face definida e sua ideologia é inconsistente.

De fato, o que se verificou, pelas atitudes do governo americano, nos 30 dias que se seguiram aos eventos do 11 de setembro, foi uma clara manifestação ao mundo de que os Estados Unidos estavam profundamente abalados com os ataques e que, na comunidade internacional, só considerariam duas alternati-

---

**Nos 30 dias que se seguiram aos eventos do 11 de setembro, os Estados Unidos, na comunidade internacional, só considerariam duas alternativas: ou um apoio sem restrições, ou a rejeição de qualquer posição de neutralidade que exigisse o diálogo ou o entendimento pacífico**

---

vas: ou um apoio sem restrições, ou a rejeição de qualquer posição de neutralidade que exigisse o diálogo ou o entendimento pacífico.

Esse posicionamento era fácil de ser compreendido, já que estava estruturado nas seguintes premissas:

- os ataques foram planejados com profunda competência, o que exigiu planejamento, execução e controle da ação planejada, numa verdadeira operação militar;
- as operações não seriam exequíveis sem uma preparação metódica onde as

ações pertinentes tivessem o apoio direto ou indireto de estados, organizações ou entidades profundamente identificados com ações do terrorismo internacional;

- os estados, entidades ou organizações que estivessem comprometidos com o apoio aos ataques terroristas ao território americano seriam considerados inimigos e, conseqüentemente, objetivos de guerra.

Esse posicionamento do governo dos Estados Unidos, tardiamente, foi percebido pelo governo brasileiro, o que atrasou,

em cerca de dez dias, uma manifestação do Ministério da Defesa sobre os acontecimentos, até então restritos à visão do Itamaraty e do Ministério da Fazenda.

Algumas considerações importantes são a seguir mencionadas para se compreender o comportamento brasileiro, esdruxulamente apresentado, no contexto de uma crise internacional sem precedentes, para a potência hegemônica americana, que, pela primeira vez em sua história, foi dura-

mente atingida em todas as expressões de seu Poder Nacional.

A ausência de uma concepção política e de um conceito estratégico do pensamento nacional tem-se revelado desastrosa para o Brasil.

A política de defesa nacional, recentemente elaborada, é tímida, incompleta e não vislumbra a possibilidade de conflitos no mundo pós-bipolar. Na verdade, trata-se de um documento genérico que pode valer para

qualquer nação em qualquer situação. Não para um país, quer queiramos ou não, que, com todas as suas dificuldades, tem o décimo PIB do planeta, o quinto maior território e a quinta maior população do globo.

**A inexistência dessa concepção político-estratégica** não permite que foros adequados possam discutir e avaliar o mundo pós-Guerra Fria, no qual: os conflitos são inevitáveis; as instituições internacionais e os organismos de defesa coletivos não são aptos para restringir ou eliminar os con-

flitos; nenhuma força singular isolada incorpora todas as necessidades para responder a qualquer situação de crise; continua o perigo da proliferação de armas de destruição em grande escala; o combate às drogas e ao terrorismo ultrapassa as fronteiras do Estado-Nação; e a preservação dos ecossistemas dá sustentação à delgada camada que encobre nosso planeta onde se desenvolve a vida.

A política de defesa nacional não aborda todos esses as-

suntos de vital importância para o País de forma adequada, e a preocupação com a expressão econômica tem a primazia no trato ou discussão de todos os problemas brasileiros.

Na verdade, há uma inversão no pensamento político estratégico do governo quando se coloca **a política como caudatária da economia**. Esse posicionamento não contribuiu para o crescimento econômico brasileiro nos últimos 15 anos, nem para a

---

**A política não é, somente, a arte de governar ou a arte de estabelecer objetivos, mas é, também, a arte do possível**



**A ausência de uma concepção política e de um conceito estratégico do pensamento nacional tem-se revelado desastrosa para o Brasil**

---

melhoria dos indicadores sociais, divulgados pelo censo de 2000 do IBGE.

A dívida bruta do setor público (números que não consideram os ativos do governo) atingiu em dezembro de 2001, segundo o Banco Central, R\$ 885 bilhões, ou seja, 71% do PIB de R\$ 1,246 trilhão. A obrigatoriedade de fixar-se superávits primários, para a estabilização da dívida, sufoca os programas sociais e frustra os investimentos estratégicos do País.

Assim, o Brasil estará gastando R\$ 13 bilhões este ano em educação e R\$ 93 bilhões em pagamento de juros. A taxa de 18 a 19% ao ano acelera o aumento da dívida que, em breve, poderá tornar-se impagável, mormente quando os prazos de rolagem estão cada vez mais curtos, reduzidos de três anos para até um ano.

Quanto à dívida externa, o País já deve cinco vezes o total anual de suas exportações, que estão em torno de US\$ 50 bilhões/ano.

Enquanto isso, o **Ministério da Defesa** tem, para 2002, um **orçamento previsto** de R\$ 6,8 bilhões, o que significa um percentual de 0,5% do PIB, desde que não haja contingenciamentos orçamentários tão comuns, hoje, na condução da política econômica governamental. Na Marinha, não há recursos adequados para o programa de construção e modernização de navios e aeronaves ou para a continuação do programa nuclear.

O Brasil está pagando cerca de R\$ 7 bilhões por ano na rubrica de **fretes marítimos** porque a Bandeira Brasileira não mais

existe no *trade* e as cargas geradas pelo comércio exterior brasileiro, que atinge cerca de US\$ 110 bilhões/ano, são transportadas por navios de bandeira estrangeira.

Por irônica coincidência, esses US\$ 7 bilhões representam a importação de todo o petróleo brasileiro durante um ano. Não há, hoje, nenhum navio de linha em construção em estaleiro nacional.

**A indústria de construção naval no País**, que chegou a processar 1,2 milhão de toneladas de aço de porte bruto, anualmente, na década de 70, gerando 50.000 empre-

gos diretos, foi totalmente *sucateada* a partir da segunda metade da década de 80.

#### *Necessidade de reformas*

Não há dúvidas que o País precisa de reformas para atender ao seu problema mais importante, que é o **crescimento econômico**.

Um crescimento do PIB menor que 5% ao ano não absorve a

mão-de-obra que, anualmente, chega ao mercado de trabalho. Essa não é uma cifra mágica, porém, é o resultado de um estudo do PNUD que prevê, para um país como o Brasil, a necessidade de destinar 40% de sua taxa de crescimento anual do PIB para a geração de empregos.

Se o País não conseguir resolver esse dilema, estará pavimentando a estrada de uma crise social que já se desenha na completa ausência de segurança dos grandes centros urbanos e nas ocupações rurais.

Os caminhos para solucionar o grande *imbróglio brasileiro* são conhecidos e o que falta é vontade política para os trilhar.

---

**A política é colocada como caudatária da economia. Esse posicionamento não contribuiu para o crescimento econômico brasileiro nos últimos 15 anos, nem para a melhoria dos indicadores sociais, divulgados pelo censo de 2000 do IBGE**

---

Uma reforma político-constitucional que atinja os três poderes da República é indispensável, mormente, pela situação de ingovernabilidade em que a *Constituição Cidadã de 1988* deixou o País, onde a maioria dos 5.500 municípios existentes vive às custas de participações de recursos nas transferências dos Estados e da União.

O Judiciário não consegue, pelo anacronismo das leis e dos códigos processuais, administrar os conflitos e distribuir a justiça em tempo hábil. Uma sentença ou ato judicial, para transitar em julgado, consome um tempo onde os efeitos desejados não mais atendem aos anseios daqueles que buscaram seus direitos ou a correta interpretação de seus deveres.

Terrível calamidade é a injustiça praticada por aqueles que têm o poder nas mãos.

A justiça é a base de toda e qualquer sociedade que privilegie a prudência e a virtude e, como consequência, o julgamento é a aplicação do que é justo.

Não é possível ter-se um Legislativo que não atenda à sua responsabilidade constitucional de fazer leis para a sociedade brasileira, reunindo-se apenas três dias por semana, nas duas casas do Congresso, tentando recuperar o tempo que foi perdido, usando o artifício de repetidas convocações extraordinárias com a conivência do Executivo e a sangria dos contribuintes.

Os Estados Unidos, com uma população de 270 milhões de habitantes, têm 435 deputados e dois senadores para cada Es-

tado. O Brasil, com uma população de 170 milhões, tem, em seu Congresso, 531 deputados e 81 senadores, sendo três por cada Estado. Isso torna difícil a discussão dos problemas nacionais, onera o contribuinte e distorce a representação popular.

O Poder Executivo não pode abdicar de sua maior responsabilidade, que é a de identificar, conquistar e manter os objetivos nacionais permanentes da Nação Brasileira. Assim procedendo, deve estabelecer os objetivos atuais de Governo, num método para o planejamento da ação política, visando à exata compreensão e solução dos problemas nacionais.

Aqui, é a hora de elaborar e atualizar as concepções políticas e os conceitos estratégicos demandados por cenários mutantes.

O Chefe de Estado, através de sua liderança, tem o dever de influenciar, significativamente, a formulação da política externa do País.

Assim, os conceitos de poder, política, estratégia e objetivos devem tornar-se preocupação constante do Executivo, mormente

no novo ordenamento internacional nesta alvorada do século XXI.

O que se verifica, ironicamente, hoje, no Brasil é que o Executivo legisla pela catadupa das medidas provisórias, o Legislativo julga pelo número sem precedentes de instalações de CPIs, nada mais que simples ribalta para os interesses político-partidários, e o Judiciário administra interpretando os atos do Executivo e do Legislativo que uma Constituição populista e anacrônica não sou-

---

**A obrigatoriedade de  
fixar-se superávits  
primários, para a  
estabilização da dívida,  
sufoca os programas  
sociais e frustra os  
investimentos estratégicos  
do País. Assim, o Brasil  
estará gastando R\$13  
bilhões este ano em  
educação e R\$93 bilhões  
em pagamento de juros**

---

be definir, na correta atribuição e separação dos três poderes que Montesquieu há muito já havia preconizado.

Algo está profundamente errado no atual **modelo econômico**, que tem cerca de 60 encargos, tributos e taxas onerando aqueles que produzem e trabalham. Não pode o País ter a sexta maior carga tributária do planeta, comprometendo 1/3 do seu PIB, precedido, apenas, de Dinamarca, Alemanha, França, Estados Unidos e Canadá, todos países desenvolvidos, e ser colocado em 70º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU.

É imperiosa uma **reforma tributária** onde a participação do contribuinte seja concentrada não mais do que em cinco impostos, nas áreas de patrimônio, renda, encargos sociais, comércio exterior e circulação de mercadorias, com valores agregados, definindo, previamente, o que é da União, dos estados e dos municípios, evitando a sonegação e a guerra fiscal e estabelecendo uma administração simplificada e eficiente que incentive o contribuinte a cumprir o seu dever de cidadania.

É imprescindível a modernização da **matriz de transportes** na malha viária brasileira, onde a ferrovia transporta 22,3% das cargas movimentadas no território nacional e a rodovia 59,3%, numa distorção que leva a um consumo exagerado de petróleo, com 700.000 barris/dia ainda sendo importados. A matriz é completada com a participação de 14,5% na aquavia e 3,9% no transporte aéreo e em dutos.

Esses dados são da Confederação Nacional do Transporte (CNT), que afirma, ainda, que o 1,7 milhão de quilômetros de

rodovias brasileiras têm menos de 10%, ou seja, apenas 148 mil quilômetros pavimentados e, desses 148 mil quilômetros, 82% estão em precário estado de conservação.

Talvez, aqui, seja a hora de reforçar a necessidade de ressuscitar o transporte marítimo no Brasil em seu **binômio Marinha Mercante e construção naval**.

É inadmissível que, conhecendo-se que o custo de 1.000 t/km é de US\$ 56 na rodovia pavimentada, de US\$ 17 na ferrovia de bitola larga e de US\$ 9 na aquavia, ainda não sejam construídas eclusas nas barragens, os portos não sejam modernizados, resistindo a uma legislação inovadora de 1993, e que não seja incentivada a construção naval no País.

A visão política dos nossos governantes não consegue ou não quer compreender que a navegação interior e de cabotagem são problemas de logística nacional e que a navegação de longo curso é o mais importante instrumen-

to do comércio exterior.

É através de superávits nesse **comércio exterior** que reside toda a esperança do País de gerar moeda forte em sua economia, complementada pela redução ou eliminação do saldo negativo na rubrica do frete marítimo, desde que a nação possua navios próprios para sua navegação de longo curso. O frete é uma mercadoria invisível, porém, indispensável ao transporte de bens e que, quando não é contabilizado a favor da balança de serviços, não pode ser cortado, constituindo-se em receita para aqueles que têm uma Marinha Mercante própria.

O Brasil tem em sua **matriz energética** uma oferta de cerca de 350 TWh, dos quais

---

**A justiça é a base de toda e  
qualquer sociedade que  
privilegia a prudência e a  
virtude e, como  
conseqüência, o julgamento  
é a aplicação do que é justo**

---

308 TWh são transformados em geração de eletricidade. A complementação das necessidades nacionais é feita pelas termoelétricas a gás e a óleo e pelo complexo nuclear de Angra dos Reis. Esses dados são do *Balanco Energético Nacional* do Ministério das Minas e Energia.

Aqui há que se definir o que o Brasil deseja em termos de racionalização energética, visando a evitar medidas drásticas como a de racionamentos e estabelecimentos de cotas, que apenas demonstram a incapacidade do governante em prever e superar situações de crise ou cenários adversos.

Assim, torna-se indispensável a revisão das prioridades dessa matriz energética.

O Brasil já demonstrou no passado, logo após o segundo choque de petróleo, em 1979, o estabelecimento de uma alternativa inteligente, com **energia renovável**, e que revolucionou o parque automotivo brasileiro, com a adoção do álcool da cana-de-açúcar para motores de combustão interna.

A grande maioria da indústria automobilística brasileira foi redirecionada para carros movidos a álcool, com sucesso absoluto, o que causou espanto a países desenvolvidos e que sofriam da mesma escassez do petróleo em alta.

Essa oportunidade parece a mim que foi abandonada por interesses escusos, ego-

ísmos não explicitados e falta de vontade política das autoridades responsáveis pelo programa.

Agora, o País espera que as reservas de gás natural que existem hoje na Amazônia, mais especificamente no campo de Urucu, sejam aproveitadas para diminuir suas vulnerabilidades e que a energia nuclear gerada nas usinas de Angra dos Reis não seja

interrompida por fatores subjetivos que quase sempre escondem inconfessáveis interesses político-partidários ou ideológicos.

A Gaspetro e a construção de Itaipu foram decisões que colocaram em segundo plano a independência no controle da produção de energia nesses dois empreendimentos. Ambos são binacionais e, como tal, devem ser considerados os interesses do parceiro em cada situação que se apresentar. Esses interesses vislumbram situações de vulnerabilidade em face de antagonismos históricos e da presença do narcotráfico e do contrabando de armas nessas fronteiras.

---

## **O Brasil está pagando cerca de R\$ 7 bilhões por ano na rubrica de fretes marítimos porque a Bandeira Brasileira não mais existe**



**A visão política dos nossos governantes não consegue ou não quer compreender que a navegação interior e de cabotagem são problemas de logística nacional e que a navegação de longo curso é o mais importante instrumento do comércio exterior**

---

O Brasil assiste, hoje, desolado à **debacle Argentina e à crise do Mercosul**. Está, assim, sendo perdida a oportunidade de adquirir experiência para administrar um bloco econômico de interesse regional, com todas as complexidades que possam manifestar-se nesse empreendimento que abrange

toda as expressões do Poder Nacional dos países envolvidos.

As questões de barreiras alfandegárias, de controle de câmbio, de competitividade de produtos e valores agregados, de defesa de interesses comuns junto aos organismos internacionais como a ALCA, a União Européia, a OMC e outros, estão sendo prejudicados pela absoluta impotência do parceiro Argentina, que sucumbiu por mais de uma década a uma política econômica que privilegiou o investimento estrangeiro em detrimento dos fatores do crescimento econômico e dos fatores de produção.

Se o Brasil não adotar as reformas que foram mencionadas acima, claro que buscando a melhor estratégia possível, correrá o mesmo risco de insolvência e de crise social.

Afinal, o mundo globalizado não perdona e o **capital intelectual** intangível é mais valioso que o capital físico dos recursos naturais.

Um país emergente que aspira a uma afirmação continental tem que priorizar o **conhecimento e a tecnologia**.

Os sistemas educacionais terão que se voltar para o desenvolvimento, buscando a pesquisa pura e a pesquisa aplicada.

Não é possível manter uma estrutura onde a média de escolaridade do trabalhador é de apenas quatro anos e onde somente 6% daqueles que terminam o segundo grau chegam à universidade.

E, ainda, existem 30 milhões de analfabetos adultos, não incluindo, aqui, os funcionais.

Esses dados foram obtidos dos resultados do censo 2000.

A reforma do Estado brasileiro tem que ser executada no bojo da mudança tecnológica mais radical dos últimos 15 anos, ou seja, na área de produção de programas de computadores (*softwares*).

Enquanto um *chip*, o qual faz o papel de milhares de transistores, requer um investimento fantástico, o *software* que será tão decisivo como o *chip* não custará tanto, e abre-se aqui uma oportunidade para os países em desenvolvimento.

Estes não poderão ignorar os três pilares sobre os quais se assenta a indústria de alta tecnologia: os *chips*, as fibras óticas e o *software*.

Só assim seus integrantes serão usuários das infovias que vão sustentar o mundo das informações, do trabalho e do lazer.

#### *A reforma do Estado brasileiro*

Somente com as reformas institucionais de que precisa, poderá o Brasil compatibilizar

a sua estatura estratégica de país emergente e buscar o seu ingresso na *terceira onda* dos Estados desenvolvidos, aceitando e tirando proveito dos princípios do mundo globalizado, da velocidade das decisões, da conectividade das redes interativas na crescente parceria dos negócios e da intangibilidade do conhecimento.

#### CONCLUSÃO/RESUMO

A política não é, somente, a arte de governar ou a arte de estabelecer objetivos, mas é, também, a arte do possível.

A **posição geoestratégica brasileira** no continente sul-americano projeta-se des-

---

## Se o País não conseguir resolver esse dilema, estará pavimentando a estrada de uma crise social que já se desenha na completa ausência de segurança dos grandes centros urbanos e nas ocupações rurais

---

de os contrafortes andinos até o Atlântico, com desdobramentos da Amazônia no Caribe e do Cone Sul na Antártica.

No início deste novo século, os megablocos políticos, econômicos, militares e tecnológicos do hemisfério norte estabeleceram mecanismos de proteção e geraram **disputas e conflitos com os países do hemisfério sul**, no trato de assuntos globais, como explosão demográfica, migrações indesejáveis, energia nuclear, transferência de tecnologias de ponta, ecologia e preservação de ecossistemas.

**A inexistência de uma concepção política** e de um conceito estratégico nacionais dificulta a percepção dos cenários e das respostas que crises eventuais ou previsíveis possam exigir. A criação do Ministério da Defesa e a Política de Segurança Nacional, recentemente elaborada, não contribuíram para a correta percepção das alterações que ocorrem no mundo globalizado.

**A identificação de situações adversas** e a antevisão de hipóteses de conflito são feitas no Brasil por indivíduos que se intitulam *cientistas políticos* e que nenhuma experiência de vida podem apresentar, no trato desses problemas, a não ser pela prática do jornalismo ou pelo exercício do magistério em faculdades de sociologia, comunicação ou ciências sociais.

O Brasil não pode prescindir de um **crescimento econômico** a taxas de 5% ao ano, sob pena de pavimentar, solidamente, o caminho de uma crise social sem precedentes.

**A situação da Argentina**, parceira de um Mercosul moribundo, deve ligar todos os alarmes para que o Brasil não venha a ter idêntica destinação.

O Estado brasileiro precisa mudar seu **comportamento** em perseguir, obsessivamente, a geração de superávits primários, em detrimento do resgate do déficit social, para que possa remunerar os credores de

uma dívida do setor público que atingiu em 31 de dezembro de 2001 o montante de R\$ 885 bilhões no conceito de dívida bruta. Isso significa 71% de um PIB de R\$ 1,246 trilhão, segundo o Banco Central.

Por quanto tempo vai o País caminhar na contramão da história, praticando juros extorsivos de 18 a 19 % ao ano, quando Estados Unidos, União Européia e Japão estão todos com taxas anuais inferiores a 3%.

**A reforma do Estado** é indispensável para corrigir o rumo da nau brasileira, resgatando os índices sociais que nos colocam em 70º lugar no conceito de IDH adotado pela ONU. Essa reforma, via Constituição, tem que ser política, econômica, administrativa, tributária, patrimonial e previdenciária, contemplando os aspectos de segurança com fulcro no correto dimensionamento, emprego e modernização das Forças Armadas.

Não será possível aspirar a um lugar no Conselho de Segurança da ONU sem uma **capacidade mínima de dissuasão** para conquistar e preservar os legítimos objetivos nacionais, sejam eles permanentes ou atuais.

Esquadras, divisões, esquadrões não se criam de improviso. É necessário um planejamento adequado, continuado e constantemente avaliado, para que possam ser exigidos os recursos necessários à correta estruturação das Forças Armadas, definida nos objetivos de uma Concepção Política e de um Conceito Estratégico nacionais.

Assim, o Poder Executivo deverá estruturar, corretamente, o Ministério da Defesa, dar a seus integrantes a educação e o preparo profissional de que necessitam, através de cursos de Política e de Estratégia nas Escolas de Altos Estudos das Forças Armadas.

As Forças de Defesa do Japão, o segundo país mais rico do mundo, recebem, por dispositivo constitucional, 1% do PIB

japoneses para o seu orçamento anual. Isso acontece desde que foi promulgada a Constituição do Japão, durante a ocupação americana, chefiada por MacArthur.

O Brasil não pode esquecer, nos tópicos de sua reforma, a correção das **matrizes energética e de transporte**, bem como definir se deseja prosseguir com seu programa nuclear, na perspectiva de que os interesses marítimos brasileiros justifiquem a existência de uma Marinha oceânica com a presença de um submarino de propulsão nuclear.

**A projeção brasileira no Caribe**, com a Amazônia definitivamente integrada ao restante do território nacional, bem como a projeção do **Cone Sul na Antártica** inserem-se nesse quadro.

A visão pontual e fragmentada de **interesses regionais**, que sempre existiu na solução dos problemas nacionais, não pode prevalecer e terá que ser substituída por uma visão estratégica onde eixos de desenvolvimento substituam os pólos de irradiação. Esses eixos integrarão o País com a presença simultânea da energia, da logística e da telemática. A linha de transmissão que conduz a eletricidade leva, também, as comunicações e a informática. A correta definição da via de transporte nesses eixos, que pode ser de natureza intermodal, evita desperdícios e aproxima os centros de produção dos centros de consumo ou de demanda de outros mercados.

**A reforma da universidade** brasileira não mais poderá ser adiada, se é que se deseja estabelecer uma atmosfera de C&T e P&D em seus centros acadêmicos e de pesquisa, já que é o conhecimento o que rege, hoje, o poder das nações.

Todos sabem que a ciência nada mais é que o conhecimento organizado que se tem do universo, e esse conhecimento hoje é difundido através das *inforvias*.

Quando esse conhecimento apresenta inovações dentro de um *habitat* para que possa resultar em benefício da sociedade, em algo que represente um avanço ou uma inovação, aí temos a geração da tecnologia.

Assim, cabe ao Estado brasileiro estimular a existência desses *habitats* em busca da terceira onda do conhecimento intangível.

Uma visão prospectiva neste início do século XXI, que já está aqui em seus grandes alinhamentos, revela as impressionantes transformações tecnológicas em curso, através da telemática, da fibra ótica, dos *chips* e *composites*, modificando, substancialmente, as condições de produção e consumo, de organização social, de gestão política e de vida.

Até hoje nenhuma forma de **organização econômico-social** eliminou as desigualdades ou extinguiu a pobreza.

O que se tem buscado, através dos tempos, é a criação de mecanismos, na arena das relações internacionais, que minimizem esses conflitos, compatibilizando a soberania dos estados, sobretudo dos estados de maior poder, com os anseios dos menos aquinhoados.

O Brasil não foi diferente de outros povos na busca de uma sociedade ética, moral e justa, porém, a exata compreensão do que é hoje a comunidade internacional permitirá que se possa reformar o Estado brasileiro e assegurar neste século, que ora se inicia, a preservação de sua soberania, liberdade, independência, prosperidade e segurança.

☞ CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<POLÍTICA> / Política do Brasil /; Política Externa /; Política Interna;

## BIBLIOGRAFIA

1. ARISTÓTELES. *A Política*; Edições Ouro; Rio de Janeiro, 1993.
2. GUÉHENNO, Jean Marie; *La Fin de la Democracie*; Editora Flammarion; Paris; França; 1993.
3. TOFFLER, Alvin; *Powershift*; Editora Record; Rio de Janeiro; 1990.
4. \_\_\_\_\_; *Creating a New Civilization: The Politics of the Third World*; Editora Little Brown; New York; USA; 1994.

**Estabeleça uma organização  
através de prioridades e valorize  
suas conquistas. Cuidado com o  
perfeccionismo.**

## AOS NOSSOS COLABORADORES

Solicitamos aos nossos colaboradores, mais uma vez, que, ao nos enviarem seus trabalhos para publicação, incluam um resumo (*abstract*) de 10 a 20 linhas, descrevendo o propósito do artigo e indicando as áreas que foram abordadas na discussão de seu posicionamento, o qual deverá estar claramente subentendido no título do trabalho.

Este procedimento tem o propósito de facilitar a pesquisa dos nossos historiadores do futuro ao procurarem dados para seus trabalhos nos artigos da *Revista Marítima Brasileira*.

Atenciosamente,

*REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA*